

# As prioridades do País e a questão da Constituinte

04 FEV 1985

Antes mesmo de o presidente eleito haver sido empossado formalmente na chefia do Palácio do Planalto, a campanha em prol da Constituinte já está nas ruas: Seu início ocorreu num tumultuado ato público realizado no largo São Francisco, na noite desta última quarta-feira, quando vários oradores foram vaiados exatamente porque não disseram o que uma agressiva platéia gostaria de ouvir: que o motivo da campanha não é propriamente a redação de uma Carta Magna capaz de servir de alicerce para a democracia hoje emergente entre nós, mas sim a radicalização do processo político em nome de uma democracia pretensamente popular.

Por isso mesmo, o pronunciamento que melhor traduz o espírito de polarização ideológica desse happening em favor da Constituinte foi o do bispo d. Mauro Morelli, de Caxias: segundo suas próprias palavras, a convocação de uma assembléia destinada a forjar uma nova estrutura constitucional, formada não só por especialistas, mas até mesmo por analfabetos (!), é justificada pela necessidade de se "subverter a ordem em que nos encontramos, do Estado dominando a Nação". Isso porque, a seu ver, é chegada a hora de "um povo prostituído e não constituído" acabar "com o lixo legal" que o impede de participar politicamente. Sua conclusão: "A ideologia da ordem torturou tantas pessoas e o progresso fez a maioria da Nação esfarrapada e faminta".

Evidentemente essas palavras não são nada serenas e realistas — com exceção da frase sobre o Estado dominando a Nação, que é o objetivo final da ideologia do orador —, deixando de expressar aquilo que todas as lideranças responsáveis do País esperam: um período de estabilidade política e de tranqüilidade social para que o novo governo, tendo sucesso na retomada do crescimento econômico, possa construir as instituições democráticas ao longo do tempo. Longe disso, elas denotam ódio, ira e intolerância, revelando uma personalidade um pouco avessa ao diálogo, à transigência e à negociação — requisitos fundamentais a qualquer texto constitucional capaz de propiciar uma ordem jurídica legítima.

Eis por que, subjacente à campanha da Constituinte, encontra-se um sério perigo: o de que tudo aquilo que demoramos 20 anos para conquistar, com o feliz desfecho do processo de abertura, seja perdido do dia para a noite pela incoerência e pela irresponsabilidade de uma coligação de forças minoritárias e totalitárias — dos progressistas da Igreja falsamente libertadora aos intelectuais que têm conseguido determinar os rumos de um certo segmento do movimento sindical. O que se viu no ato público do largo São Francisco, nesta última quarta-feira, foi apenas uma pretensa demonstração de força do PT.

É certo que, na organização e na preparação daquele ato, cerca de 50 entidades de classe somaram seus esforços. A maioria delas, porém, especialmente as que representam os interesses dos advogados, decidiu tomar parte no acontecimento apenas para não deixar o campo livre para os radicais. Mesmo porque o tema da Constituinte é importante demais para que seja monopolizado justamente pelos inimigos da democracia. Daí o clima de tensão reinante no largo São Francisco, com as vaias e as palavras de ordem servindo como mecanismos de patrulhamento de todos aqueles que não se submetem às rígidas e autocráticas linhas de conduta do Partido dos Trabalhadores. Os especialistas em matéria jurídica, a quem caberia a oportunidade de encaminhar as discussões relativas à reforma da ordem jurídica, foram simplesmente rebalhados à categoria de coadjuvantes de bispos de passeata e pseudotrabalhadores.

Diante de tudo isso é preciso muito cuidado para não se mitificar o tema da Constituinte. Ela já nos foi prometida pelo presidente eleito para o próximo ano, mas é necessário não confundir sua convocação — tenha ela a forma que tiver — com uma varinha de condão capaz de resolver de uma única vez todos nossos problemas de desigualdade social, setorial ou regional. Decorre daí, justamente, o perigo de se precipitar o processo de reforma constitucional, esquecendo-se de que o novo governo tem pela frente desafios de curtíssimo prazo, como é o caso do controle da inflação e da retomada do crescimento econômico.

JORNAL DA TARDE

04 FEV 1985

ANC 88  
Pasta 82/85  
043/1985

O desafio da reconstrução nacional é dos mais complexos, exigindo que cada etapa ocorra no seu devido tempo. No que se refere especificamente à Constituinte, ela exige um tempo mínimo de preparo e organização, sem o que não conseguirá cumprir seu papel balizador do conjunto das relações sociais. Como toda Carta Magna pressupõe uma hierarquia de valores, a elaboração das regras de direito que devem reger nossa vida exige um intrincado diálogo entre as forças vivas da Nação e um difícil trabalho de engenharia jurídica. Sem esse diálogo não há condições para a definição dos valores prioritários. E sem um esforço de engenharia jurídica, confiada aos especialistas, não há possibilidade de um texto constitucional límpido, objetivo, claro e coerentemente articulado.

Nunca é demais recordar que, ao longo de nossa História, já tivemos de amargar o fracasso de importantes experiências constitucionais. Algumas fracassaram porque os constituintes se revelaram incapazes de produzir textos duradouros e estáveis — como o da Constituição norte-americana, que já dura quase dois séculos. Outras não deram certo porque foram outorgadas autoritariamente. Infelizmente, da ordem constitucional imperial de 1824 à primeira ordem constitucional republicana de 1891, e da Constituição de 1934 à de 1946, nossos legisladores não conseguiram reproduzir formalmente o que Tocqueville chamou de *consensus universalis* — ou seja, o princípio pelo qual as pessoas que vivem numa determinada comunidade são inspiradas a agir.

Por quê? Porque trataram o problema em questão como um mito, seja importando modelos europeus avançados para uma sociedade atrasada, seja procurando regular a vida social nos seus mínimos pormenores, esquecendo-se de que a eficácia de uma Carta não está apenas na racionalidade de suas normas e na qualidade de sua técnica legislativa, mas principalmente na sua capacidade de expressar os valores inspiradores e os princípios organizadores presentes na sociedade.

Neste momento em que estamos às vésperas do início formal da Nova República, com a posse do presidente eleito Tancredo Neves, começamos uma etapa decisiva em nossa História. Vamos esperar que, desta vez, não conheçamos outro fracasso em matéria de reforma constitucional — motivo pelo qual não podemos aceitar o tipo de Constituinte que os grupos radicais nos querem impingir.